

4ª Reunião do Comitê Técnico Combustível do Futuro	Data:	21/07/2021
	Horário:	14h00 às 17:05
Departamento de Biocombustíveis/SPG/MME	Local:	Videoconferência
PARTICIPANTES		
<p>Ministério de Minas e Energia Fábio da Silva Vinhado (Suplente) Daniel Reis Mendes – DBIO Danielle Lanchares Ornelas – DCDP Jhébica Maria Nunes de Jesus Luz – DBIO Mariana Ferreira Carriconde de Azevedo – DBIO Marlon Arraes – DBIO Renato Cabral Dias Dutra – DBIO Ronny Peixoto – DCDP Samira Sana Fernandes De Sousa Carmo – DDE</p> <p>Casa Civil Gustavo Henrique Ferreira (Titular)</p> <p>Ministério da Economia Edie Andreeto Junior (Suplente) Lauro Donisetti Bogniotti</p> <p>Ministério da Infraestrutura Jairo Rodrigues da Silva (Suplente)</p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Cid Jorge Caldas (Titular) Viviane Silveira Anjos (Suplente)</p> <p>Ministério de Relações Exteriores Renato Domith Godinho (Titular)</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Regional Carolina Gonçalves Pinheiro (Titular)</p> <p>Autoridade Marítima Brasileira Flavio Haruo Mathuyi (Titular) Fernando Alberto Gomes da Costa (Suplente)</p> <p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Carlos Orlando Enrique da Silva (Titular) Lorena Rocha da Costa Assunção (Suplente) Luiz Fernando de Souza Coelho</p> <p>Agência Nacional de Aviação Civil Darlan Silva dos Santos (Titular) Daniel Marcellos Caçado Marcela Braga Anselmi</p> <p>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis Gilberto Werneck de Capistrano Filho (Titular)</p> <p>Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Marcelo Lima Alves (Titular)</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Artur Milanez</p>	
MEMÓRIA		
1. Abertura		
<p>Verificado o quórum de reunião, Fábio Vinhado, Coordenador-Geral do RenovaBio (DBIO/SPG/MME), abriu os trabalhos passando aos itens da pauta. Informou que a apresentação da Edisienne Correia (MMA) com tema “Instrumentos da OCDE relacionados à energia/emissões”, seria retirado da pauta, uma vez que o Ministério do Meio Ambiente não considerou conveniente neste momento. Solicitou também que os participantes incluíssem sem contato de Whatsapp para criação de um grupo para tratar questões do Comitê de forma mais ágil, experiência que tem funcionado bem no GT Resolução 13 do CNPE.</p> <p>A reunião foi gravada.</p>		
2. Aprovação da Ata da 3ª Reunião CT-CF		
<p>Fábio Vinhado (MME) informou que o primeiro item da pauta seria a aprovação da ata da última reunião, realizada em 21/07/2021, e que o outro item seria a continuação da rodada de apresentações de alinhamento das políticas públicas. Em relação à ata, como não houve nenhuma manifestação a respeito, foi considerada aprovada por unanimidade.</p>		
3. Apresentação Certificações do RenovaBio		
<p>Dando início às apresentações do dia, Carlos Orlando (ANP) fez uma breve contextualização sobre o tema, falou também da superação das expectativas quanto à adesão dos produtores de biocombustível à certificação. Passou a palavra para Luiz Coelho (ANP) dar continuidade à apresentação do tema.</p> <p>Luiz Coelho (ANP) apresentou os objetivos e instrumentos da Política, o funcionamento da certificação de biocombustíveis, como é feito o cálculo das emissões de GEE do produtor (ACV), o resumo da situação atual da certificação de biocombustíveis e como funciona o processo de renovação da certificação.</p>		

- CMG Flavio Mathuiy (Marinha) perguntou se a certificação é reconhecida internacionalmente.
 - Tendo Luiz Coelho (ANP) explicado sobre as certificações e confirmado que não há reconhecimento internacional, uma vez que as certificações normalmente têm abrangência regional.
- Fábio Vinhado (MME) perguntou se as recertificações em curso, que visam melhorar a nota seria para produtores de grãos (soja como milho).
 - Luiz esclareceu que houve um produtor de milho que conseguiu melhorar a rastreabilidade do grão e desta forma melhorar a nota. Além disso, esse ano fizeram uma grande ampliação da fábrica. Para soja, teve uma empresa de biodiesel que conseguiu melhorar a nota.

Explicou também sobre elegibilidade da biomassa, nota de eficiência energética e volume elegível por rota. Sobre o crédito de descarbonização (CBIO), apresentou dados como: qual o volume em litros para emissão de 1 CBIO para biodiesel, E1GC, E1GM e E1GFlex; lastro para emissão de CBIOs; procedimento para emissão e aposentadoria de CBIOs e consequente cumprimento da meta pelas distribuidoras; preço do CBIO, negociação em bolsa e evolução da geração dos CBIOs, quantitativo de escrituradores e firmas inspetoras. Finalizou mostrando as ações em desenvolvimento e previstas para 2021 e 2022 e os painéis BI RenovaBio no site da ANP.

- Cid Caldas (MAPA) perguntou se a percepção dele estava correta, quando ele afirmava que quem está fora do RenovaBio está fadado a não existir mais no futuro.
 - Luiz Coelho (ANP) explicou que a adesão ao RenovaBio é voluntária, porém a produtora não certificada, vai deixar de receber um incentivo financeiro a mais. Então a tendência é que a grande maioria dos produtores faça a adesão e reforçou a superação das expectativas quanto à adesão nesses 2 primeiros anos de funcionamento do mercado de CBIOs.
- CMG Flavio Mathuiy (Marinha) questionou se depois que foi implantado o CBIO/RenovaBio, houve mudança de comportamento dos produtores.
 - Tendo Luiz Coelho (ANP) esclarecido que a obrigatoriedade de cumprimento de meta de CBIO é para o distribuidor de biocombustíveis fósseis com o objetivo de estimular a produção do combustível renovável e a substituição do combustível fóssil pelo renovável. Já o produtor não tem obrigatoriedade de aquisição ou geração de CBIOs. Comentou também que o valor de negociação de créditos de carbono no exterior é bem maior que no Brasil (CBIO) e que espera que o valor de CBIO aumente com o passar do tempo.
 - Fábio Vinhado (MME) complementou que se houvesse uma previsão de baixa emissão de CBIOs, com poucos produtores certificados, as metas estabelecidas para os distribuidores seriam menores, uma vez que o quantitativo de certificações faz parte das premissas que compõem o modelo de proposição das metas para o CNPE. Complementou dizendo que a proposta de meta (~35 milhões CBIOs) para os distribuidores, para o próximo ano (2022), está em processo de consulta pública.
- Gilberto Werneck (IBAMA) perguntou como está a governança do programa e se houve alguma auditoria quanto aos certificados do controle.
 - Fábio Vinhado (MMA) informou que quanto ao Comitê RenovaBio, ele se reúne anualmente para proposição das metas para o CNPE, que o MMA faz parte desse Comitê.
 - Cid Caldas (MAPA) falou que não há como ter esse controle, pois não se sabe quem está emitindo ou comercializando, a não ser a ANP. E que essa preocupação nunca foi levantada pelo CADE.
 - Fábio Vinhado (MME) explicou que a emissão de CBIOs está bastante pulverizada, pois depende do volume e das notas, já para a parte obrigada, os distribuidores, as metas são calculadas em cima dos combustíveis fósseis que ele comercializa.
 - Carlos Orlando (ANP) complementou que, assim como Cid Caldas, não concorda que haja alguma prática anticoncorrencial pelo que já foi explicado. Ele lembrou que no início, o receio potencial era em relação à atuação das distribuidoras, que uma empresa de grande porte comprasse uma quantidade de CBIOs que deixasse o concorrente sem CBIOs disponíveis para compra, o que não aconteceu. Reforçou que a primeira externalidade positiva do RenovaBio é um estímulo à eficiência das empresas, pois quanto maior a eficiência, maior é a nota de eficiência energética ambiental, maior o número de CBIOs disponíveis para geração, sendo uma receita adicional significativa. A segunda externalidade positiva, é a elegibilidade, que leva em consideração a preservação da vegetação nativa. Acrescentou que além do Comitê RenovaBio, coordenado pelo MME, existe o Grupo Técnico RenovaBio, que trata da RenovaCalc, coordenado pela ANP.
- Cid Caldas (MAPA) agradeceu à explicação de Carlos Orlando (ANP) e reforçou sua impressão de que o

RenovaBio é um instrumento mais eficiente na preservação ambiental do que o próprio Código Florestal. Pontuou sobre uma preocupação que tem sobre as usinas de etanol de milho, dificuldade em relação a energia elétrica, possibilidade de fazer um consórcio Milho com Cana para utilização do bagaço da cana como biomassa para produção de energia elétrica e proibição do ZAECana quanto à expansão da cana mesmo em áreas já antropizadas.

- o Luiz Coelho (ANP) concordou em parte com essa colocação do ZAECana, explicando que a área escolhida pelos produtores de milho são áreas de agricultura extensiva do milho, tem dúvidas considerando o custo da cultura do milho se seria viável implantar uma usina de cana.

Fábio Vinhado (MME) comentou que o aprofundamento nessas questões relacionadas à certificação e desmatamento casam bem com as apresentações sobre a IMO e o CORSIA que serão realizadas na sequência, para construção da agenda do Combustível do Futuro e os programas internacionais.

4. Apresentação CORSIA

Darlan Santos (ANAC) apresentou um breve histórico e contextualização sobre o *Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation* (CORSIA). Além da composição da *International Civil Aviation Organization* (ICAO) e do *Committee on Aviation Environmental Protection* (CAEP), que trata da parte ambiental. Falou dos combustíveis elegíveis ao CORSIA (CEF: SAF e LCAF), das fases de implementação do CORSIA, do cálculo e monitoramento das emissões (sistema MRV).

Quanto aos SAFs, Darlan, Santos, explicou que para ser considerado sustentável é necessária uma redução na emissão de ao menos 10%, são avaliados critérios como análise do ciclo de vida, e os tipos de emissões considerados são ciclo de vida e uso da terra. Encerrou, sugerindo que fosse estudado como o CT-CF poderia atuar nesta temática e como incluir CBIOS no mercado de créditos de carbono da aviação.

- Renato Dutra (MME) perguntou se existe, dentro das regras do CORSIA, procedimentos para escolha por modelos nacionais da análise do ciclo de vida e se já existe estudo prévio que determine o percentual de uso de SAF na questão de compensação.
 - o Daniel Calçado (ANAC) respondeu que existe um documento que indica a metodologia que deve ser utilizada e que é complexo estimar o percentual, uma vez que existem diversas variáveis.
 - o Marcela Anselmi (ANAC) complementou que é difícil estimar tal percentual uma vez que todos os objetivos estão baseados no crescimento de C neutro 2019 e 2020 e as projeções existentes não consideravam a maior crise da aviação, devido a pandemia (2020). Então, atualmente a maior preocupação tem sido com os cenários de recuperação pós crise.

Carlos Orlando (ANP) ponderou que é importante que se avalie como será o tratamento do RenovaBio para esses outros combustíveis sustentáveis e completou mencionando a cooperação da ANP com a GIZ, agência alemã de cooperação técnica, que visa ao desenvolvimento de eletrocombustíveis para aviação.

Fábio Vinhado (MME) informou que na próxima reunião serão apresentados os planos de ação.

5. Apresentação IMO

CMG Flavio Mathuiy (Marinha) deu continuidade à agenda de apresentações explicando o histórico e funcionamento *International Maritime Organization* (IMO), sua estrutura organizacional, estratégia para redução de GHG, metas para 2030 e 2050, medidas de curto, médio e longo prazo para se bater a meta estipulada. Apontou a existência de 2 documentos que serão apreciados, um deles traz a análise dos possíveis combustíveis promissores e estabelece os critérios para definir quais os combustíveis estariam melhor ranqueados como combustíveis promissores do futuro e o outro documento aborda o ciclo de vida e a importância de se identificar o ciclo de vida completo do poço à hélice e não do tanque à hélice. Mostrou também a agenda das próximas reuniões previstas da IMO.

- Fábio Vinhado (MME) perguntou sobre o prazo de apresentação da proposta brasileira e suas diretrizes.
 - o CMG Flavio Mathuiy (Marinha) esclareceu que o mais urgente é enviar apenas diretrizes até 08/08/21 e reforçou que a preocupação é ampliar as possibilidades, uma vez que há uma tendência internacional para uso de amônia e hidrogênio. Ressaltou os pontos negativos do uso da amônia, tanto ambientalmente quanto com a saúde da tripulação. O que se quer é que os critérios estejam mais claros e bem estabelecidos.
 - o Fernando Costa (Marinha) acrescentou que a reunião prevista para agosto não é definitiva, uma vez que a estratégia inicial ainda será revista e só aí entrarão em vigor.

Dando continuidade à apresentação, CMG Flavio Mathuiy fez considerações em relação aos combustíveis alternativos, mercado de carbono e compromisso de cobrir as emissões do transporte marítimo a partir de 2023, falou também das características das cargas brasileiras (*commodities*) e suas rotas e encerrou trazendo as oportunidades para o país.

6. Apresentação Selo Biocombustível Social

Viviane Anjos (MAPA) introduziu a apresentação sobre o selo Biocombustível Social com uma ligeira contextualização, trazendo normativos legais relacionados, regras do programa. Apresentou dados de 2020, além de mapas e informações de desenvolvimento regional. Ademais, trouxe as possibilidades e oportunidades que o MAPA enxergou com a criação do Comitê Combustível do Futuro.

Fábio Vinhado (MME) comentou que as apresentações foram bem integradas. Chamou atenção para o último slide que fala da possibilidade de inclusão de agricultores familiares (de diversas matérias primas) nas cadeias produtivas, pois acredita que o tema voltará quando forem discutidos biocombustíveis alternativos para os diversos modos de transporte.

Antes do encerramento, Carlos Orlando (ANP) pediu a palavra para fazer uma observação relacionada aos combustíveis marítimos da apresentação anterior. Destacou que há uma norma de especificação recente (ISO 8217), que permite o uso de 7% de biodiesel na mistura com os óleos aquaviários.

7. Encerramento

Após o término das apresentações e considerações, Fábio Vinhado (MME), deu por encerrada a fase de apresentações de alinhamento de políticas e programas relacionados ao CF. Em seguida, projetou o slide dos Subcomitês e explicou que foram produzidas, pela equipe do DBIO, propostas de planos de ação para cada um desses subcomitês, que serão trazidas na próxima reunião do CT-CF, a ser realizada dia 04/08/2021.

Não tendo mais nada a acrescentar de nenhuma parte, agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

- a) Fábio Vinhado (MME) se colocou à disposição para ajudar no documento que o CMG Flavio Mathuyi (Marinha) vai entregar na próxima reunião da IMO, 08/08/2021.
- b) Os planos de ação dos subcomitês serão enviados dia 30/07/2021 para os representantes terem tempo de avaliá-los antes da reunião, para dar tempo de discutir e deliberar na próxima reunião do Comitê (04/08/2021).

PRÓXIMA REUNIÃO

04/08/2021

14 – 16 h

Pauta:

- Apresentação dos planos de ação dos Subcomitês
- Aprovação dos Subcomitês e de seus representantes